

**A Democratização do
Ensino e a Organização
Comunitária**

**A EXPERIÊNCIA DE
IGUATU - CE
1989/1992**

13

INICIATIVA



REALIZAÇÃO



APOIO



MEC

Ministério da Educação e do Desporto

Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Art. 227. É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

Constituição da República Federativa do Brasil - 1988

Projeto Educação & Desenvolvimento Municipal

Coordenação Geral - UNICEF

Carmen Emília Pérez

Coordenação CENPEC

Maria Alice Setúbal Souza e Silva
Marta Wolak Grosbaum

Equipe Participante

Alfredo José da Veiga Neto	RS
Ana Maria Petronetto	ES
Anamérica Prado Marcondes	SP
Deise Aparecida M. de Oliveira	SP
Eny Marisa Maia	SP
Graziani Gervázio Fonseca	PI
Heitor Matallo Jr.	PI
José Melquiades Ursi	PR
Maria Auxiliadora C. Araújo Machado	MG
Maria Bernadette Castro Rodrigues	RS
Maria Cândida Raizer C. Perez	SP
Maria Cecília Antunes Aguiar	PE
Maria Isabel Pedrosa	PE
Maria de Lurdes Salviato	ES
Maria Luíza de Almeida Cunha Ferreira	MG
Maria Neirara Oliveira de Araújo	CE
Neide Cruz	SP
Nelson D. Tomazi	PR
Nohemy Ibanez	CE
Sebastião Haroldo de Freitas C. Porto	SP
Sérgio Vasconcelos Luna	SP
Sofia Lerche Vieira	CE

Sumário

Apresentação	9
Introdução	11
A Experiência do Município de Iguatu	15
I - Dados Básicos	17
Rede Escolar Básica	20
Ficha-Resumo	21
II - O Problema e seu Contexto	23
III - A Política Norteadora da Proposta Educacional	31
IV - A Proposta Educacional	35
V - A Implementação das Ações	41
1. Fortalecimento Institucional: Uma Secretaria de Educação Atuante	44
2. Buscando a Universalização do Acesso à Escola	45
3. Melhoria da Qualidade do Ensino	47
4. Capacitação dos Professores	51
5. Valorização dos Profissionais de Educação	56
6. Outras Oportunidades Educacionais	59
VI - Considerações Finais	63
VII - Anexos	71

Apresentação

N

ão basta levar todas as crianças à escola, sonho maior de um país que trata bem seus cidadãos, é preciso fazer com que elas permaneçam, progridam e aprendam. Em pelo menos 15 municípios brasileiros isso é realidade ou está perto de vir a ser. *Educação e Desenvolvimento Municipal* é uma coleção de Estudos de Caso que registra a ação destes municípios, no período de 1989/1992.

Universalizar o ensino fundamental é uma das metas da Conferência Mundial de Educação para Todos, realizada em Jomtiem, Tailândia, em 1990, e do Encontro Mundial de Cúpula pela Criança, ocorrido em Nova Iorque, no mesmo ano. Garantir que todas as crianças brasileiras possam concluir o 1º grau é objetivo não apenas das grandes conferências internacionais. O Brasil tem demonstrado, em seus bolsões organizados e conscientes, a mesma preocupação.

A Constituição Brasileira estabelece grandes responsabilidades para os Estados e Municípios. Juntos têm o mandato de prestar e melhorar o ensino fundamental. Segundo dados de 1990, 53,3% das matrículas eram estaduais e 32,2% municipais. São números suficientes para reconhecer a importância da esfera municipal na obra a ser construída.

O processo de consolidação do federalismo brasileiro destaca a esfera local como unidade dinâmica e em movimento. As administrações municipais que assumiram em 1993 têm pela frente desafios de grande porte e, ao mesmo tempo, os prefeitos cada vez mais procuram caminhos que ofereçam respostas aos anseios da sociedade.

Para mudar a realidade, é preciso olhar as lições aprendidas nestes 15 municípios, reconhecer o que é válido e avançar gradativamente até o dia em que todas as crianças possam mostrar o diploma do ensino fundamental, na idade certa.

A coleção *Educação e Desenvolvimento Municipal* inclui municípios das regiões Sul, Sudeste, Nordeste, de nove estados brasileiros (Rio Grande do Sul, Paraná, Espírito Santo, Minas Gerais, São Paulo, Rio de Janeiro, Pernambuco, Ceará e Piauí). Municípios de pequeno, médio e grande portes, escolhidos de forma heterogênea. Foram incluídos por serem exemplos de trabalho árduo, sério e conseqüente para mudar o triste perfil da educação brasileira de 1º grau.

Diversidade e criatividade são palavras que descrevem bem a sua variedade. As respostas de cada um são reflexo da conjuntura específica. Mas entre eles há algo em comum: a vontade política. Ela é o carro-chefe das mudanças. Com ela mobilizam-se todos os que têm compromisso com a Escola, na sua mais perfeita tradução.

Como Secretário Executivo do *Pacto pela Infância* e cumprindo seu próprio mandato, o UNICEF apóia as atividades que visem o bem-estar físico, mental e social das crianças brasileiras e de todo o mundo, especialmente os filhos das classes populares. Cabe ao UNICEF divulgar para o Brasil e para todo o planeta as experiências bem-sucedidas em defesa da sobrevivência, proteção e desenvolvimento das crianças. Por isso, sua participação neste trabalho.

· 11.6.6.1.1-

Agop Kayayan
Representante do UNICEF no Brasil
Secretário Executivo do Pacto pela Infância

Introdução

A análise do sistema educacional brasileiro tem apontado para as desigualdades existentes tanto em nível regional como nas diversas instâncias do ensino. O Brasil, às vésperas do século XXI, ainda assiste ao fracasso da escola brasileira em superar questões básicas como: alfabetização, formação adequada de professores, cumprimento da Constituição, no que diz respeito à formação obrigatória de seus alunos até a 8ª série, altos índices de repetência e evasão escolar.

A busca de soluções desses problemas passa pelo entendimento da complexidade e da diversidade da sociedade brasileira. Não existem modelos únicos ou soluções mágicas, mas nos diferentes foros de debate da atualidade, representantes do governo e da sociedade civil têm apontado para a necessidade de que a escola forme cidadãos capazes de participar da vida política, social e econômica de uma sociedade moderna. Nessa perspectiva, é fundamental que a escola tenha recursos mínimos compatíveis com a sua função primordial que é ensinar, e estabeleça diretrizes pedagógicas consoantes com as vivências e conhecimentos dos seus alunos e do mundo que os cerca.

Assim, exige-se que os egressos do sistema escolar possuam conhecimentos e habilidades cognitivas que os possibilite entender e interpretar a enorme quantidade de informações e valores que lhes são transmitidos diariamente via meios de comunicação e/ou as diferentes instituições com as quais mantêm relações, de modo que possam participar mais ativamente da vida social e política. Na esfera econômica, buscam-se cada vez mais indivíduos que possuam as habilidades cognitivas básicas de raciocínio, de leitura e escrita, a fim de que possam apreender os treinamentos específicos da área de produção e/ou serviços.

O estudo de diferentes experiências educacionais bem-sucedidas e desenvolvidas no âmbito do município tem como objetivo analisar, discutir e divulgar modelos diferenciados de gestão do sistema escolar que criaram formas próprias de interagir com seu meio social, capacidade de organização escolar e gestão pedagógica voltadas para a melhoria da qualidade do ensino.

Não buscamos algo necessariamente inovador, no sentido de inusitado ou novo. Muitas vezes, soluções simples, mas bem planejadas, que levem em conta as necessidades específicas da comunidade e que são adequadamente implementadas, alcançam resultados satisfatórios e merecem ser estudadas e divulgadas.

Nesse sentido buscamos analisar municípios cujas políticas educacionais nortearam suas ações pelo princípio do direito de todos à Educação Básica, desenvolvendo projetos que contemplassem fatores como:

- a promoção de oportunidades de educação para crianças de 0 a 6 anos e a busca de um início educativo mais justo;
- a universalização do acesso à escola e da permanência das crianças mais vulneráveis à exclusão, como as provenientes de famílias de baixa renda, as crianças trabalhadoras e de rua, as crianças do meio rural e as portadoras de deficiência;
- a melhoria das condições da escola e do ensino, a diminuição da repetência e da evasão, buscando adequação das condições físicas da rede, a disponibilidade de insumos pedagógicos, escolas com pedagogias ativas e participativas, redes que ofereçam maior tempo e oportunidades de aprendizagem e que mudem sua prática de avaliação respeitando as diferenças no ritmo de aprendizagem;
- a valorização do professor, assegurando seu *status* como profissional (carreira e estatuto do magistério), assim como permitindo sua habilitação, profissionalização e capacitação permanente;

- a democratização da gestão escolar com participação da comunidade para fortalecê-la como o centro das decisões;
- a modernização dos sistemas de gestão, visando desconcentração e descentralização do sistema educacional, e criação de um sistema avaliativo dos vários segmentos administrativos e do ensino de modo a se detectar necessidades de formação, reciclagem e apoio técnico das equipes;
- o desenvolvimento de uma adequada articulação União/Estado/Município, para uma gestão mais eficiente do sistema, assim como a ampliação das parcerias com as comunidades locais, sindicatos, Organizações Não-Governamentais (ONGs), setor privado, etc;
- a criação de oportunidades educacionais para toda a população, no intuito de aproveitar todos os recursos educacionais do município e ampliar seus benefícios para todos.

Dentro deste contexto insere-se a experiência de Iguatu, cuja proposta educacional norteou-se por uma ampliação do acesso à escola, através de medidas que buscam articular crescimento quantitativo e melhoria da qualidade do ensino.

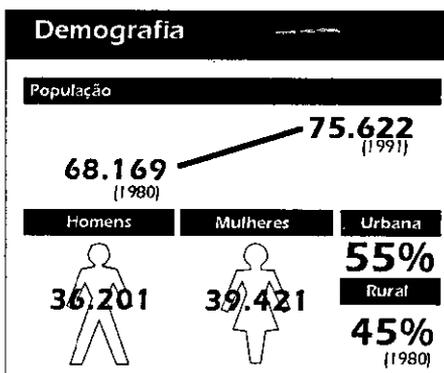
Maria Alice Setúbal Souza e Silva
CENPEC
Centro de Pesquisas para Educação e Cultura

A EXPERIÊNCIA DO MUNICÍPIO DE IGUATU

DADOS BÁSICOS

I

Dados Básicos



Fonte: Censo Demográfico 1991 - Resultados Preliminares



* Vide Metodologia - Anexo - 1.1 p. 73

REDE ESCOLAR BÁSICA

Número de Estabelecimentos e Alunos por Dependência Administrativa - 1989

TIPO DE ENSINO	Pré-Escola		1º Grau		Total Geral		
	T	R	T	R	T	R	
FEDERAL	Estabelecimentos	0	0	2	1	2	1
	Nº de Alunos	0	0	18	18	18	18
ESTADUAL	Estabelecimentos	5	1	21	10	26	11
	Nº de Alunos	194	39	6442	434	6636	473
MUNICIPAL	Estabelecimentos	25	13	154	135	179	148
	Nº de Alunos	1474	470	4992	3354	6466	3824
PARTICULAR	Estabelecimentos	11	1	12	1	23	2
	Nº de Alunos	1096	25	1889	0	2985	25

Ficha-Resumo

AÇÕES DESENVOLVIDAS

Educação Infantil

- Capacitação de educadores infantis

Ensino Fundamental

Universalização do ensino

- Aumento da matrícula através da racionalização do espaço físico
- Transporte escolar através do 'passe-escola'
- Localização de espaços em condições de se transformar em salas de aula

Melhoria do ensino e da escola

- Fornecimento de livros didáticos e material escolar para alunos e professores
- Ampliação e reforma de escolas
- Reavaliação do processo pedagógico de planejamento curricular com elaboração de planos mensais e diários por cada professor
- Acompanhamento pedagógico da prática docente e da aprendizagem dos alunos
- Adoção da linha pedagógica construtivista nas classes de alfabetização

Gestão da escola e do sistema

- Redução da capacidade ociosa dos recursos humanos via racionalização do espaço físico
 - Contratação de pessoal habilitado para o exercício
-

- das funções de direção e supervisão
- Criação do Departamento de Ensino Rural e do Departamento de Ensino Urbano
 - Ampliação do espaço de decisão da Secretaria Municipal de Educação
 - Integração das ações da Secretaria Municipal de Educação com a Universidade Federal do Ceará, com a Universidade Estadual do Ceará, com a Prefeitura Municipal de Fortaleza e com o Grupo de Estudos sobre Educação, Metodologia de Pesquisa e Ação

Valorização do Magistério

- Melhoria salarial do magistério com a elaboração do Plano de Cargos e Carreiras
- Capacitação do docente, leigo ou habilitado
- Concurso público como condição básica para ingresso no magistério municipal
- transporte escolar (passe-escola) para professores que estudam em outras localidades

Oportunidades educacionais para todos

- Projeto Arte Criança (grupos de dança, teatro, etc.)

LIÇÕES APRENDIDAS

- As propostas simples, mas bem executadas, podem trazer resultados compensadores
- O envolvimento do prefeito é fundamental no sucesso do projeto educacional
- O envolvimento da comunidade é garantia de maior compromisso e de melhores resultados na educação
- As ações educacionais, quando vinculadas a um projeto mais amplo de mudanças do perfil econômico do município, têm chances de apresentar um resultado mais duradouro.

O PROBLEMA E SEU CONTEXTO

II

O

Ceará em 1992, mais uma vez, é fustigado pela seca. Enquanto a fome e a miséria rondam os lares do sertão, no município de Iguatu, cidade de 75 mil habitantes, à beira do Jaguaribe, o maior rio seco do mundo, a cerca de 400 km da capital cearense, 2000 agricultores colhem 230 mil sacas de arroz. A venda desse produto deverá traduzir-se em contribuição expressiva, considerando o estado de penúria da economia cearense. O que teria levado a cultura do arroz irrigado a essa região do centro-sul do sertão, com fortes raízes no cultivo do algodão? As coisas não se deram por acaso. De um lado, a própria crise da economia cearense, com a destruição progressiva de suas tradicionais fontes de produção motivou a busca de culturas alternativas. Para se ter uma idéia, em 1980, o Estado cultivava 1 304 000 ha e produzia 141 780 toneladas de algodão, restringindo-se o plantio, em 1991, a somente 225 048 ha, e a uma inexpressiva safra de 63 891 toneladas. Ao lado do ciclo tradicional das secas, a praga do bicudo praticamente inviabilizou a principal fonte de renda das famílias do sertão. Essa situação demandou um esforço em busca de novas fontes de renda para o homem do campo. Por outro lado, há que se considerar, no caso específico de Iguatu, o esforço deliberado da administração municipal em deter o curso quase natural de expulsão do homem do campo.

Iguatu não constituía propriamente uma exceção no que se refere à condução clientelística da gestão pública. Foram, a propósito, os desmandos de uma administração que levaram um grupo de profissionais 'apartidários' a se organizarem em torno da discussão dos problemas da cidade. Esse grupo, inicialmente pequeno, pouco a pouco foi se apropriando da problemática típica do interior nordestino assolado pela seca: o latifúndio e o empo-

brecimento progressivo do campo esvaziavam as alternativas da cidade de médio porte, empurrando as famílias sem opções para a capital – no caso do Ceará, Fortaleza. O fluxo do campo para a cidade, do interior para a capital, não se dá apenas pela vinda dos sem-terra, mas também pela atração irresistível que o pólo mais desenvolvido exerce sobre o menos desenvolvido: na grande cidade estão as melhores escolas, as universidades e o apelo inquestionável do consumo. Fortaleza tem até ‘shopping de 1º mundo’, revelam os *outdoors* espalhados pela cidade. A concentração de renda, com efeito, se dirige para o centro de maior densidade urbana. Ainda que 2/3 da população residam no interior, a capital arrecada 81% do ICMS e possui 88% dos veículos em circulação no Estado. Assim, toda família de posses monta um apartamento na capital, os filhos vêm estudar e acabam ficando. É nesse duplo movimento que se configura o esvaziamento do interior, sintetizado nas palavras do prefeito da cidade: “A riqueza vem na frente e a pobreza vem atrás”. O sertão, nessa conjuntura, continua empobrecido e empobrecendo.

Retomando o olhar sobre Iguatu: com o passar do tempo, o grupo de profissionais, já não é restrito a um pequeno número de pessoas e articula-se com um trabalho de organização comunitária. A insatisfação expressa-se em um movimento para tomar o poder municipal pela via do voto. Com o *slogan* “Iguatu levado a sério”, o grupo é vitorioso nas urnas e procura traduzir numa proposta política as intenções de romper com a equação tradicional – diminuição da importância econômica da cidade *versus* clientelismo e corrupção na administração do município. Há de se registrar que esse processo se coloca em sintonia com o que começa a ocorrer no âmbito do governo estadual, onde prevalece o discurso da modernidade e da moralização da gestão pública. Esse grupo, inicialmente vinculado a uma legenda, considerada no local como de ‘aluguel’, é dos primeiros a filiar-se ao partido hegemônico no âmbito do poder estadual.

O projeto perseguido concentra-se em torno de três eixos que se articulam reciprocamente: agricultura, saúde e educação. Agricultura, por ser a principal fonte de sobrevivência da região, única alternativa capaz de minimizar o fluxo contínuo em direção à capital. Saúde e educação, por constituírem direitos elementares de cidadania negados ao longo da história aos habitantes do município. A escolha de tais opções, por sua vez, não reflete a mera vontade do grupo eleito, antes

revela resultados de pesquisa junto à população que reivindica para si serviços mínimos de assistência hospitalar e escolar. A essas três áreas prioritárias, agricultura, saúde, e educação, deve-se acrescentar uma organização comunitária ativa e co-participativa na gestão municipal através do Conselho Comunitário de Desenvolvimento Municipal de Iguatu – órgão de representação popular integrado por representantes de associações de moradores, entidades de classe, clubes, sindicatos, etc.

A experiência que se inaugura em termos da modificação do perfil agrícola do município envolve uma mudança no próprio padrão de relacionamento do poder público com a produção. Com a participação das organizações comunitárias, dirige-se o serviço público para o pequeno produtor. O município colabora com o fornecimento de horas-máquina para a preparação da terra e sementes para o plantio. A opção pela cultura do arroz se faz a partir da identificação de que a vazante do Orós, maior açude da região, tradicionalmente utilizada para a cultura de subsistência, favorece um plantio em maior escala, pela presença de solo fértil, facilmente irrigável. Para lá convergem, pois, os esforços da nova gestão, que se traduzem nos resultados da safra de 1992. Até então o poder público não entrava na agricultura.

No campo da saúde, adota-se uma filosofia preventiva. A pasta é entregue a competente médico sanitaria, ex-secretário estadual de saúde, responsável pelo bem-sucedido trabalho dos agentes comunitários de saúde, projeto que atraiu as atenções do Ministério da Saúde e de organismos internacionais para a experiência de saúde do Ceará. Inicia-se um trabalho envolvendo medidas preventivas que começam com o cadastramento de todas as famílias da zona rural e urbana, permitindo um controle seguro dos indicadores de saúde do município. Há programas específicos voltados para mães e crianças: pré-natal, aleitamento materno, desnutrição e vacinação. Paralelamente, são colocados filtros caseiros em 4200 residências, ao mesmo tempo em que *kits* sanitários são instalados em mais de 400 casas. Não surpreende, portanto, que o índice de mortalidade infantil passe de 140 por mil crianças, em 1989, para 36 por mil, em 1992, o que valeu ao município um prêmio do UNICEF, em 1990, quando os índices atingiram a ordem de 75 por mil crianças.

No âmbito da educação, o quadro encontrado não difere em

essência das demais áreas de atuação do poder municipal. A situação era desoladora, tanto na zona urbana quanto na zona rural. Das 161 escolas existentes, 87 funcionavam na 'casa da professora', em torno da qual muitas vezes orbitava um esquema de desvio da merenda escolar, com famílias vivendo da escola: aos empregos de professora, zelador e merendeira aliava-se o suprimento adicional resultante do repasse da merenda a preços irrisórios para o comércio local. A qualificação do pessoal era precária, com predominância de professoras leigas. Os salários da municipalidade não só eram irrisórios, como estavam com um atraso de seis meses no pagamento. Mais da metade das crianças na faixa de 7 a 14 anos estava fora da escola. Mais do que a simples repetência o que ocorria era uma expulsão: não havendo oferta de todas as séries, ou o aluno repetia ou saía da escola, o que determinava um índice de evasão em torno de 60 a 70%. Grande parte das turmas existentes funcionava em classes multisseriadas, com poucos alunos, havendo expressivo desperdício na racionalização da oferta: aqui uma sala funcionando com 3, 4 alunos e mais adiante, numa distância de 500m, uma outra com igual número de matriculados. Era possível encontrar numa mesma sala crianças de 6 anos ao lado de jovens de 16 anos. Paralelamente, cerca de 50 turmas funcionavam em turno intermediário (10:30h. às 14h.). A constatação desses problemas mais flagrantes é feita, primeiro, a partir de visitas às escolas públicas municipais, o que permitiu ao grupo, antes mesmo de assumir o poder, ter um quadro mais geral do planejamento da rede escolar, déficit de matrículas, etc. Esta avaliação informal vem a ser reforçada, num segundo momento, através de um diagnóstico formal da educação no município, realizado nos seis primeiros meses da gestão de 1989 - 1992.

A rede estadual oferecia o ensino de 1º grau, basicamente na zona urbana, mantendo apenas duas escolas com classes de 1ª à 4ª série na zona rural e uma escola de 1º e 2º grau na região central.

Empossada a nova equipe, dentre as primeiras providências tomadas estava a demissão dos funcionários com menos de 5 anos à data da promulgação da Constituição de 1988 (de 4 780, 2 780 foram demitidos). O clientelismo era gritante - 1 380 desses funcionários tinham contratos como vigilantes de televisor público, quando o município tinha 3 aparelhos desse tipo. Ilustrando a precariedade da situação encontrada, a ex-dirigente municipal de educação observa

que outra medida inicial, a colocação dos salários em dia do funcionalismo, traz a surpresa de 18 professoras contratadas com estabilidade não saberem assinar a folha de pagamento por serem analfabetas. No dizer dessas pessoas, seu trabalho era distrair as crianças, contar estórias e para isto “não carecia saber ler e escrever”. Ao lado das intenções de levar a cidade a sério, portanto, a nova administração herda o espólio dos desmandos das gestões anteriores, fator a ser equacionado na formulação de sua política educacional.

Conselho Comunitário Agiliza as Metas de Associações de Moradores

Desde sua criação, o Conselho Comunitário de Desenvolvimento de Iguatu vem cumprindo sua função e contando com o apoio das entidades populares da região. Segundo o presidente do CCDM, José Clóvis Nogueira, se não fosse a força de vontade do prefeito Hildebrando Bezerra todo esse trabalho não existiria. "Hoje existe o movimento comunitário em nosso Município devido à Administração *Iguatu Levado a Sério*".

Ele acrescentou que em administrações passadas o movimento comunitário não era respeitado. Atualmente as lideranças de bairro participam diretamente. "É bom que todos saibam que foi este prefeito o primeiro administrador de Iguatu que valorizou as propostas das associações dos moradores. Ele abriu as portas da Prefeitura para todos, sem distinção político-partidária", salientando que esse posicionamento democrático fortaleceu o direito da cidadania e acabou com a politicagem.

Em todo o processo de escolha de diretoria, da leitura do regimento interno, conforme Clóvis, o CCDM dá apoio às entidades populares. "A nossa meta é colaborar com as comunidades que sentem a necessidade de criar a sua associação de bairro. Depois de se organizarem termina a tarefa do conselho", relatou, acrescentando que somente na sua gestão já foram criadas dezenas de entidades populares na zona rural e urbana.

Ele citou que só na região de Alencar foram fundadas mais de quinze associações. "No Carrapicho a comunidade conseguiu a construção do açude, poço profundo e instalação de um catavento. No sítio Cajás foi realizado melhoramento na estrada e energização do grupo escolar. Em Lagoa Redonda eletrificação para o grupo escolar da área. No sítio Malhada Limpa foi construído um reservatório d'água. Em Catolé do Justino, os moradores adquiriram um engenho comunitário via Prefeitura Municipal de Iguatu e Secretaria de Indústria e Comércio do Estado.

Nas Barrocas foi realizada a edificação de uma sala de aula com cantina. O Conselho tem serviços prestados também na sede. A Associação dos Moradores do Cocobó conseguiu com a PMI todo o calçamento da parte baixa do bairro. Na Vila do DAER a comunidade foi beneficiada com a instalação de um poço profundo com chafariz. No João Paulo II a Administração *Iguatu Levado a Sério* fez a abertura da rua João Vicente medindo oitocentos por doze metros de largura. O Projeto Habitar, um convênio entre a PMI e o Governo do Estado, é outro sonho realizado dessa comunidade. Agora as casas contam com saneamento básico e ruas 'calçamentadas', além da estação de tratamento de esgoto."

Fonte: *Informativo da Prefeitura Municipal de Iguatu*. Ano III, nº13 - junho 92.

**A POLÍTICA
NORTEADORA DA
PROPOSTA
EDUCACIONAL**

III

Em Iguatu tudo vai acontecendo aos poucos, num processo que envolve, de um lado, o empenho do grupo que está à frente da Secretaria Municipal de Educação, de outro, a própria comunidade que adere ao que se passa a desenvolver na administração municipal.

De uma maneira geral, as idéias que dão corpo ao trabalho iniciado são proposições simples que não chegam sequer a ser traduzidas em um plano escrito, mas sinalizam na direção do atendimento às necessidades básicas de escolarização do município. A gestão procura desenvolver seu projeto levando em conta a situação existente, os recursos humanos disponíveis e as demandas da população. Nesse processo destaca-se o papel da comunidade que é ouvida e respeitada nas suas escolhas.

Uma sinalização significativa no reconhecimento da importância da educação pode ser percebida através da valorização do papel do órgão central de educação, até então marginal à política educacional do município. Criada em 1987, mas ainda sem estar em funcionamento, a Secretaria Municipal de Educação tem a sua estrutura reativada, incorporando-se definitivamente ao cenário das ações educacionais que se realizam em Iguatu.

A filosofia que orienta o projeto proposto parte de uma concepção de educação em sentido amplo, que não se restringe apenas ao ensino. Além da ênfase na educação escolar, a política está também sintonizada na importância da educação infantil, conforme a orientação da Constituição de 1988 e a nova LDB, ora em tramitação no Congresso Nacional. Assim, evidencia-se uma preocupação com os aspectos referentes à saúde materno-infantil e à criação de creches comunitárias. A atenção ao extra-escolar revela-se ainda através da valorização da arte infanto-juvenil, centrada na dimensão lúdica do processo educativo e no resgate da cultura local.

O trabalho orienta-se para o objetivo de ampliar o acesso à escola, através de medidas que buscam articular crescimento quantitativo a melhoria da qualidade do ensino. Nesse aspecto, cabe mencionar o papel decisivo da racionalização do espaço físico, mecanismo pelo qual vislumbra-se a democratização do acesso orientada para o aprimoramento dos serviços educacionais.

Outro aspecto importante da política educacional é a valorização do magistério, centrada em uma série de aspectos que evidenciam o compromisso da administração na definição de um projeto que procura articular competência profissional e melhoria salarial.

Essas são as grandes linhas do projeto educacional defendido pela administração do município que se explicitam na proposta a seguir.

**A PROPOSTA
EDUCACIONAL**

IV

Contrariando o senso comum de que para ampliar a oferta é preciso construir novas unidades escolares, a proposta persegue o objetivo de universalizar o ensino através de um projeto centrado na racionalização do espaço físico. Tal procedimento possibilita o aumento da matrícula e diminui a capacidade ociosa dos recursos humanos e instalações existentes na rede municipal.

Até então o município não trabalhava com um planejamento da rede física. As escolas eram criadas ao sabor das circunstâncias e de interesses político-elcitoreiros. Não havia preocupação real com a localização criteriosa das unidades criadas. Assim, propõe-se uma redefinição da distribuição da rede, obedecendo a estratégia de evitar a dispersão de recursos humanos e financeiros, sempre escassos num município pobre de interior. Com isto facilita-se a integração dos alunos e a concentração de esforços nas escolas com melhores condições de atender à população. Nesse processo, o fechamento de muitas escolas e a ampliação de outras é um caminho sugerido. Integra também o plano de racionalização, o deslocamento de professoras de escolas isoladas para unidades de maior porte. A soma desses esforços contribui para viabilizar o projeto de democratização das oportunidades educacionais no município.

A ampliação do atendimento escolar é facilitada também pela adoção de medidas que permitem aos alunos deslocar-se de seus locais de residência para escolas situadas em pontos estratégicos, de maior densidade populacional – os distritos e a sede do município.

Ao lado da preocupação com a quantidade, a proposta apresenta nítida ênfase qualitativa. As medidas implantadas nesse sentido vão desde uma preocupação com o planejamento educacional em nível macro até as questões

propriamente pedagógicas e intra-escolares. Nesse contexto, a Secretaria de Educação assume papel decisivo na implementação e no acompanhamento do trabalho desenvolvido pelas escolas. A contratação de pessoal habilitado para o exercício das funções de direção e supervisão é elemento chave para a concretização do objetivo de promover a melhoria da qualidade do ensino.

A proposta revela uma preocupação explícita com o papel do magistério na consecução da política educacional que se busca para o município. Há visível intenção de melhorar as condições de trabalho daqueles que atuam nas escolas, seja pelo apoio pedagógico anteriormente mencionado, seja pela melhoria salarial dos profissionais, seja, finalmente, pela intenção deliberada de melhor capacitar os recursos humanos que atuam nas escolas municipais. Ao lado dessas medidas, institui-se o concurso público como mecanismo de acesso à carreira, o que contribui de forma decisiva para a eliminação do apadrinhamento na contratação de pessoal.

A capacitação docente orienta-se tanto para a qualificação de professores leigos como para o treinamento de professores habilitados. Aspecto importante no que se refere a esta dimensão da proposta diz respeito à preocupação com a socialização do conhecimento adquirido no decorrer do processo de treinamento. Os professores que têm o privilégio de ter acesso a programas especiais de qualificação devem repassar aos demais colegas os conteúdos aprendidos nessas oportunidades, como é o caso do curso sobre Construtivismo.

A melhoria da qualidade do ensino é viabilizada também através da atenção que a prefeitura dispensa aos programas suplementares. Já se falou no acesso dos alunos residentes em locais não atendidos pelos níveis mais elevados de ensino. Além do transporte, a eliminação dos focos de corrupção na distribuição da merenda e o fornecimento de livros didáticos e material para alunos e professores contribuem para o apoio necessário ao bom rendimento escolar. Ao lado dessas medidas, a preocupação com a saúde infantil, externada através de programas de prevenção odontológica e vacinação, completa o quadro que oferece as condições para o deflagrar do projeto educacional do município.

Vale lembrar, como já foi dito, que a proposta não se restringe a uma visão de educação restrita à sala de aula. De fato, o foco principal dirige-se para a escola mas não se esgota em seu interior, como se vê

em interessante projeto cultural voltado para o desenvolvimento da arte entre crianças e adolescentes (Arte-Criança), que será discutido adiante.

O exame da proposta educacional do município de Iguatu permite constatar a sua simplicidade. Não há nada de extraordinário nas medidas sugeridas. O que chama atenção é a vontade política para levar adiante a função educativa que cabe ao Poder Público realizar. Essa vontade se expressa também na implementação do trabalho levado a termo no período de 1989-1992.

A IMPLEMENTAÇÃO DAS AÇÕES

V

A importância conferida ao setor educacional pela Prefeitura Municipal de Iguatu, através de sua Secretaria de Educação, evidencia-se em um conjunto de ações que interagem e se complementam, traduzindo a proposta educacional do município formulada em três direções convergentes: a universalização do ensino, a melhoria de sua qualidade e a valorização dos profissionais do magistério.

1. Fortalecimento Institucional: uma Secretaria de Educação Atuante

A reativação da estrutura organizacional da Secretaria, não mais como órgão, permitiu ao setor o fôlego necessário para implementar as ações da proposta. A criação do Departamento de Ensino Rural, ao lado do de Ensino Urbano, constituiu-se num dos fatores decisivos para as mudanças verificadas na problemática do ensino da zona rural. Somou-se a isto a presença de uma equipe de 18 supervisores, distribuídos nos dois Departamentos: 10 para o de zona urbana e 8 para o de zona rural, envolvidos na reformulação do planejamento e acompanhamento pedagógicos. Além do apoio logístico propiciado à Secretaria: melhores condições de trabalho para a equipe, um veículo à disposição das atividades, etc., é preciso destacar uma condição fundamental que foi dada à direção da Secretaria e de sua equipe: autonomia nas decisões e apoio político e administrativo do chefe do executivo municipal. A Secretaria de Educação não só teve conhecimento de todos os recursos destinados à pasta como autonomia em sua aplicação, com base nos orçamentos previstos nos planos.

Apoiados, portanto, numa estrutura organizacional mais adequada e eficiente, desenvolvendo um trabalho com autonomia e imbuídos da busca de uma prática coletiva, a equipe da Secretaria tomou para si a tarefa de alterar os rumos da educação municipal. A receptividade popular e a participação comunitária, fruto do favorável contexto sócio-político construído, em parte, pela atual administração, constituem as bases centrais da política educacional implementada.

2. Buscando a Universalização do Acesso à Escola

De posse de um diagnóstico anterior sobre a realidade educacional do município, feito pelo grupo que assumiu o poder, a ação que merece reconhecido destaque é a da racionalização do espaço físico da rede, que dá suporte à política de universalização do acesso. O referido diagnóstico apontava para a necessidade de melhor redistribuir os espaços físicos (prédios escolares existentes) em relação aos alunos matriculados, visando os que estavam fora da escola. Constatou-se um verdadeiro caos na localização das escolas em funcionamento e uma irracionalidade na distribuição de alunos nestes espaços. Em sua grande maioria, os critérios que determinaram essa localização não partiram do planejamento da rede, mas sim de interesses político-eleitorais. A realidade encontrada era a de escolas muito próximas, no mesmo raio de abrangência, dividindo os poucos alunos matriculados e com sua capacidade de atendimento quase que completamente ociosa. Outras permaneciam fechadas mesmo, porque os professores preferiam ensinar em suas próprias moradias a se deslocar para o prédio situado nas proximidades.

A polêmica suscitada em torno da necessidade de fechar escolas, nesse primeiro momento, causou um forte impacto na população. Na verdade, os interesses realmente contrariados vieram de vereadores, da Câmara Municipal e dos próprios atingidos: professores 'leigos' contratados por puro clientelismo político. Os conflitos decorrentes feriram com certeza a tradicional estrutura dos 'currais eleitorais'.

A decisão a que se chegou não foi tomada, entretanto, de forma imediata. A estratégia adotada, no primeiro ano da gestão, foi a de desencadear um trabalho de sensibilização junto à população e aos segmentos que seriam

atingidos diretamente com a medida. Ao final de um ano de trabalho, chamado de 'conscientização' pela equipe, obteve-se a informação precisa de quantas e quais escolas deveriam ser desativadas. Realizaram-se várias sessões com a Câmara Municipal e, finalmente, conseguiu-se aprovar o projeto de fechamento das escolas. Do total de 161 escolas existentes na rede, 57 foram fechadas, entre as quais, 28 escolas isoladas, das 40 que funcionavam na casa dos professores. Atualmente, só 6 escolas isoladas permanecem funcionando em casa de professor.

Em conseqüência desta radical medida, tornou-se possível, então, reagrupar os alunos por série quando a realidade o permitia, concentrando-os nos espaços físicos que melhores condições de ensino ofereciam. Convenceram-se também os professores das escolas isoladas a se transferirem para os prédios escolares próximos as suas casas.

A contrapartida desta medida, uma vez que permanecia o déficit escolar (no começo da gestão atual estavam fora da escola em torno de 9 000 crianças), foi a ampliação/reforma de escolas, ao lado da construção de galpões e/ou do aproveitamento de espaços físicos existentes nas localidades, em condições de serem transformados em salas de aula. Durante a gestão, receberam obras de ampliação 28 escolas e de restauração, 25; foram construídas 8 escolas. Obteve-se, com estas medidas, a diminuição do contingente de 38 turmas multisseriadas existentes nas escolas isoladas e a reorganização do funcionamento dos turnos, eliminando o intermediário que contava com 50 turmas na época. Tendo como políticas norteadoras a universalização do ensino básico e a democratização do acesso à escola, adotou-se uma alternativa que permitiu não só o acesso ao ensino como a continuidade de estudos a todos aqueles que, ou por falta de escolas ou em razão das longas distâncias, permaneciam à margem do sistema. A prefeitura municipal instituiu o passe-escola. Ou seja, contratou o serviço de empresas de transportes coletivos, operando no Município, para deslocar grupos de alunos de suas localidades até as escolas capazes de atender as demandas solicitadas. Entraram em ação 13 veículos de médio e grande porte, fazendo diversos roteiros entre os Distritos e entre estes e a sede do Município. Uma das rotas, por exemplo, sai da localidade de Barrocas com 15 alunos (a maioria cursando o Supletivo de 1º grau), chegando ao Distrito de Alencar com 107 estudantes.

3. Melhoria da Qualidade do Ensino

As atenções da equipe da Secretaria se voltaram também para as medidas que pudessem influir mais de perto, além das que já haviam sido postas em prática, para a melhoria da qualidade do ensino. O quadro encontrado comprometia profundamente a educação no Município: uma evasão que atingia até 70% dos alunos matriculados e uma retenção em torno de 40%. No início de 1989, encontravam-se fora da escola em torno de 9 000 crianças. As medidas adotadas permitiram reduzir este número para 2 000.

A equipe da Secretaria investiu em várias frentes na busca da qualidade e melhoria do ensino. Uma delas consistiu na reavaliação do processo pedagógico de planejamento curricular realizado periodicamente. A sistemática usual e comprovadamente ineficaz se reduzia ao repasse de um plano previamente elaborado pelo grupo de supervisores, contendo objetivos e conteúdos definidos para as diversas séries. Cabia a cada professor também repassar o pacote aos alunos, ficando quando muito com a tarefa de elaborar as atividades correspondentes. O planejamento se dava por distritos que, na época, eram apenas quatro. Quando a reforma administrativa do Município elevou os distritos para nove (Alencar, Suassurana, Quixoá, Baú, Barro Alto, Barra, Barreiras, Riacho Vermelho e Serrote), tornou-se um problema a mais a realização do planejamento em cada um.

A solução encontrada incidiu na forma e no conteúdo do planejamento. Os encontros passaram a ser mensais e realizados na Sede do Município. A prefeitura custeava a hospedagem e a alimentação de todos os professores.

Outra mudança introduzida foi a de agregar os professores por série. A tônica dessa nova etapa do planejamento curricular tinha por base a discussão das problemáticas particulares de cada sítio ou região ao lado de

uma participação mais efetiva na construção desse processo e no produto dele. Assim, os professores começaram também a definir os objetivos e conteúdos do ensino em função da realidade de seus alunos e a propor as atividades adequadas. Os planos mensais e diários ficaram a cargo de cada professor.

Ilustrativo deste processo e da forma como parece ter sido incorporado à prática cotidiana dos professores foi a pesquisa ter encontrado uma professora, com 1º grau incompleto, na localidade de Barrocas, que tinha num caderno o registro diário de seus planos de aula, contendo objetivos, conteúdos e atividades elaborados por ela. Um dos planos apresentava atividades sobre o *impeachment*, e estava assim elaborado:

11-11-92

Objetivo: fazer com que a criança participe com interesse das datas comemorativas;

Conteúdo: Proclamação da República;

Ação Didática: leitura de anotação, falar sobre a Proclamação da República, debater sobre o nosso presidente, falar sobre impeachment.

Fonte: Diário de Campo dos Pesquisadores

A oportunidade de reunir os professores agrupando-os por séries afins ou iguais (4 grupos: creche, pré-escolar e 1ª série; 2ª série; 3ª série; e 4ª série) permitiu garantir um caráter coletivo ao processo de planejamento e abolir o repasse puro de documentos prontos e distantes do que realmente se passa na escola.

Enquanto ação articulada ao planejamento, a equipe de supervisão central dispensou uma atenção especial ao processo de acompanhamento pedagógico da prática docente e da aprendizagem dos alunos. Nas escolas da zona urbana, o acompanhamento adquiriu um caráter mais permanente porque localizado na própria escola. Compõe

o quadro de pessoal um supervisor habilitado para responder pelos turnos em funcionamento, porém recebendo apoio da equipe central. Nas escolas localizadas nas sedes dos Distritos e na zona rural, o grupo de supervisores da Secretaria assume diretamente o serviço de acompanhamento pedagógico. A sistemática de visitas é mensal. Estas visitas perderam o caráter de fiscalização, normalmente conferido à ação supervisora, para se firmar como uma extensão do planejamento pedagógico e como uma ação permanente de apoio ao trabalho docente e de contribuição efetiva à melhoria da qualidade do ensino. Este trabalho tem permitido uma ação avaliativa do planejamento mensal e o seu redirecionamento na prática cotidiana do professor.

No conjunto de ações voltadas para a melhoria da qualidade do ensino, implementou-se também a distribuição de material para todas as crianças da alfabetização à 4ª série. Cada aluno, incluindo o professor, recebeu uma pasta escolar contendo 4 cadernos, 3 lápis, 3 borrachas e 1 apontador. Os alunos de 5ª e 6ª série receberam caderno e caneta. Essa distribuição, no primeiro e no último ano da gestão, foi financiada com recursos da própria prefeitura. Esta ação beneficiou 6 305 alunos da 1ª à 6ª série. Outros materiais didáticos complementares foram distribuídos para cada escola, porém, sempre em quantidade insuficiente para cobrir as necessidades da escola e dos professores. Os livros didáticos enviados ao município por intermédio da Fundação de Assistência ao Escolar – FAE – como Cartilha e livro de 1ª série chegaram a todas as escolas, mas os da 2ª série em diante chegaram em quantidades insuficientes para atender os alunos individualmente. Foram beneficiados com esta ação 1 483 alunos da zona urbana e 4 082 alunos da zona rural, totalizando 5 565 alunos da alfabetização à 4ª série.

Os resultados colhidos ao longo da implantação das referidas medidas revelam dados que traduzem nitidamente a mudança no perfil educacional do Município. Hoje a rede municipal conta com 9 061 alunos (considerando os alunos matriculados no pré-escolar e no 1º grau). No 1º grau, 4 249 estão em escolas da zona rural e 2 135 em escolas da zona urbana e zona urbana periférica. Neste grau de ensino, a evasão situa-se em torno de 19,6% e a retenção chega a 18,5%, invertendo consideravelmente a situação diagnosticada no começo da gestão atual, que exibia os percentuais exorbitantes de 70% e 40%, respectivamente. No entanto, a falta de dados adicionais não nos

permite confirmar esses números. Outro ponto a ser questionado em relação aos índices de retenção diz respeito às classes de alfabetização, modalidade amplamente difundida no Estado do Ceará – a inexistência de dados mais completos impossibilita a verificação do fato de crianças de 7 anos estarem freqüentando a 1ª série, ou ainda permanecerem em classes de alfabetização, uma vez que nestas estão incluídas crianças categorizadas com idade de 5, 6 ou mais de 6 anos.

4. Capacitação dos Professores

Tendo como objetivo-alvo a Educação Infantil, o município participou do *Projeto de Capacitação de Educadores Infantis* (apoiado pela Secretaria de Ação Social – SAS e o Fundo das Nações Unidas para a Infância – UNICEF), abrangendo as monitoras de creches e professores de pré-escolas.

O município sediou um Curso de Extensão, propiciado por um convênio entre as Universidades Federal e Estadual do Ceará e o UNICEF, destinado a dirigentes, planejadores e técnicos de Programas de Educação Infantil, dos vários municípios circunvizinhos.

O trabalho docente foi alvo também de uma ação sistemática de capacitação por parte da Secretaria.

Inicialmente com o apoio do UNICEF e da Secretaria da Ação Social (SAS), realizou-se um treinamento destinado aos professores que atuam em creches e pré-escolas. Várias prefeituras municipais se envolveram na ação, cada uma respondendo pelos custos de hospedagem e alimentação dos respectivos participantes. O UNICEF cobriu as outras despesas restantes. O treinamento aconteceu na sede de cada município.

Capacitação de Alfabetizadores

Uma outra ação de capacitação de professores, em andamento, tem se revestido de uma particular importância para o Município: é o curso iniciado neste ano sobre Construtivismo.

Estudos nesta linha de trabalho haviam surgido no âmbito do Município desde 1991. Com a coordenação de um professor da Universidade Estadual do Ceará – UECE, formou-se um grupo de estudos que pretendia viver a experiência do Construtivismo em classes de alfabetização da rede particular de ensino. Uma outra iniciativa com

este sentido foi tomada ao nível das escolas estaduais, quando uma professora implantou a experiência em três escolas da rede, atingindo classes de alfabetização e 1ª série.

Na rede municipal de ensino, a proposta construtivista aconteceu via um grupo de estudos, do qual fazia parte a ex-secretária de Educação do Município desse período. O grupo foi formado em Fortaleza e contava também com a presença de representantes de mais dezenove municípios e a participação da SEDUC, UFC, UECE, Prefeitura Municipal de Fortaleza e UNICEF.

Os estudos, que tinham a intenção de aprofundar a problemática da alfabetização e encontrar alternativas de solução nesta área, passaram a encaminhar-se dentro da proposta do Construtivismo. Para dar seqüência à direção tomada pelo grupo, decidiu-se contratar a assessoria técnica do Grupo de Estudos sobre Educação, Metodologia de Pesquisa e Ação – GEEMPA, de Porto Alegre, com larga experiência na área. Nasceu, então, a idéia de um projeto de capacitação que pudesse envolver diretamente os professores em atividade docente e técnicos das instituições presentes no grupo inicial. Definem-se 12 vagas para cada município e 2 para cada instituição.

Em Iguatu, para participar do curso, foram selecionadas 7 professoras que trabalham com alfabetização (5 de escolas da zona rural e 2 de escolas de zona urbana) e que vinham se destacando profissionalmente neste ensino. Completaram o grupo 5 supervisoras (3 do ensino de zona rural e 2 do ensino de zona urbana). E foi esta equipe que, ao mesmo tempo em que participava do curso, passou a pôr em prática, em suas salas de aula, a proposta construtivista. Para uma avaliação sobre o andamento da experiência, definiram-se encontros bimestrais com a presença de técnicos do GEEMPA, realizados também em Fortaleza.

Passados seis meses de experiência com o Construtivismo, o Município inicia o processo de expansão da proposta entre os demais professores. São convocados os 461 professores da rede municipal, para participar do treinamento, sem caráter de obrigatoriedade. Também é realizado em etapas. A primeira, envolvendo o conjunto de professores, destinou-se ao embasamento teórico da proposta; na segunda etapa, considerada de natureza prática, isto é, da aplicação concreta e dos resultados obtidos, foram agrupados os professores do pré à 1ª série; e na terceira, que ainda não aconteceu por falta de

verbas, seriam reunidos os professores de 2ª e 3ª séries.

A repercussão favorável da proposta construtivista nas escolas é visível, especialmente naquelas em que trabalham as professoras do grupo inicial. De uma forma ou de outra, direta ou indiretamente, as professoras já ouviram falar sobre o Construtivismo, detêm algumas informações e até já tentaram aplicar, em suas salas, algumas atividades baseadas nesta linha de trabalho. A pesquisa colheu vários depoimentos, em escolas da zona urbana e da zona rural, que expressam uma expectativa muito positiva das possibilidades da proposta e outros que indicam mesmo o fim do 'professor e do ensino tradicionais' a partir dessa nova maneira de trabalhar. Alguns colocam as dificuldades concretas que surgem ao se tentar ensinar dentro da proposta construtivista.

Um deles é o de uma professora, profundamente entusiasmada com o seu trabalho orientado no Construtivismo, numa escola do Distrito de Suassurana. Ela faz parte do grupo inicial de estudos com o GEEMPA. Com base em sua experiência, afirma que "houve mudanças no entrosamento entre professor e aluno, que houve maior criatividade e freqüência do aluno; que diminuiu o medo de que só quem sabe é o professor e que há um maior respeito entre os alunos". Esta professora, no treinamento passado para as demais companheiras, apresentou sua experiência de trabalho com o Construtivismo através de um relatório onde figuravam as atividades que desenvolve em sala de aula com grupos, duplas e de forma individual. Mostrou também a forma como trabalha a leitura e a escrita na modalidade grupal e individual; como desenvolve a matemática e de que maneira procede com a avaliação. Ao lado disso, a professora faz um acompanhamento permanente, por bimestre, por turno e turma, dos níveis em que se encontram seus alunos.

Na opinião de outra professora, de escola de periferia urbana e cursando a Faculdade de Letras, a proposta do Construtivismo "não tem mais aquela história de saber ler e escrever logo. Trabalha-se mais o senso crítico, não aquela coisa mecânica, racional. Tem a questão da motivação. A experiência traz a possibilidade de mudar: eleições nas equipes, aprender com o colega que sabe mais e não só com o professor. A proposta tende a aproximar o professor do aluno e a favorecer a socialização entre os alunos também. O aluno, na proposta construtivista, não precisa dos pais para construir seu conhecimento.

Os pais devem tomar conhecimento da proposta e apoiá-la. O professor deve informá-los”.

Entretanto, não foram todos que abraçaram essa proposta e a experiência de uma professora, do Distrito de Barrocas, revela outra realidade do trabalho com o Construtivismo. Ela participou do treinamento de repasse e diz que “tentou aplicar algumas atividades em sala de aula com rótulos, histórias. Achou que os alunos aprenderam mais rápido, mas eles não se conformavam em deixar a Cartilha de lado e passaram a utilizá-la. Os pais também não gostavam do modo de ensinar, achavam que o filho não ia aprender. Ela desistiu e voltou a trabalhar com o livro”.

Entrevista com a Ex-Secretária de Educação

P - Que avaliação você faz do quadro da educação municipal?

R - Hoje está bem melhor. Temos uma participação maior das comunidades na discussão dos problemas e na apresentação de sugestões. A escola pública municipal de Iguatu foi encontrada em situação precária, de corrente do descaso político e administrativo, das pessoas que dirigiam o município e a Educação. Quando digo que estamos numa situação mais favorável, estamos demonstrando que o processo ensino-aprendizagem melhorou, o Índice de evasão foi reduzido e, também, melhorou a qualidade dos profissionais da educação – que são quase todos devidamente habilitados tanto em magistério de 1º grau como em nível superior.

P - A comunidade já reconhece esta melhoria do quadro educacional ?

R - A melhoria pública é notória. Dá para se observar não só por nós que fazemos a Secretaria de Educação, mas também por quem está de fora. As pessoas que visitam a cidade e as que estão participando da nova realidade de Iguatu estão tendo a oportunidade de ver que o ensino público, que estava desacreditado por parte dos alunos, da sociedade, hoje é respeitado. Temos uma participação direta e continua das escolas particulares, trabalhando no desenvolvimento de diversas ações. Temos uma faixa de conteúdo mais avançado e de currículos que estão sofrendo flexibilidade.

P - Qual a postura da Secretaria de Educação, a sua filosofia de trabalho?

R - Uma filosofia boa e positiva. É o processo da conscientização da política educacional. Hoje, a equipe que trabalha na Secretaria de Educação já tem uma visão bem mais elástica acerca do que seja educação, manutenção do ensino. Nós sentimos por parte dos educadores não só aquela preocupação de consertar a carteira e de melhorar a estrutura física, mas, também, de consertar a questão da qualidade do ensino da escola pública. A isso chamamos de resgate da credibilidade.

P - A problemática da educação é uma questão de decisão política?

R - Eu acredito que sim. Decisão política é o fundamental. Porque dentro da limitação do município, os servidores vêm fazendo o possível. O que se precisa no País é que se saia do discurso, da demagogia e se parta para a prática de uma política educacional. Nós sabemos que Educação é um tema bastante discutido, principalmente na época das eleições. No entanto, quando o candidato é eleito ignora até o fato de que a educação por ventura possa existir. Assim como os governantes têm a decisão de fabricar armamentos bélicos, é preciso, também, a decisão de investir na educação. Eu acredito que poderíamos, um dia, chegar ao passo dado pelo Japão. Só depende de decisão política.

P - Quais as suas metas para o restante deste ano e para o próximo ano?

R - Estamos trabalhando em cima da questão de qualificação de pessoal. Nossa meta para terminar este pleito administrativo é em cima dos recursos humanos. Nós queremos investir em termos da qualificação, valorizar os nossos profissionais. Eu acredito que se conseguirmos fazer com que o professor sinta que tem um compromisso com a comunidade, vamos alcançar os nossos objetivos. Agora, para isso, é preciso que nós professores deixemos de discutir apenas o piso salarial e passemos, também, a debater a qualidade e a manutenção do ensino. Isso depende de cada educador.

Fonte: Informativo da Prefeitura Municipal de Iguatu, Ano III, nº11, out/91.

5. Valorização dos Profissionais da Educação

Um dos pilares da política educacional implementada no âmbito do município foi, sem dúvida, a valorização dos profissionais do magistério. Sua positiva repercussão se explica na medida em que é confrontada com o parâmetro da situação anterior: uma realidade aviltante de exploração e desqualificação desses trabalhadores. A nova realidade ainda está distante de um patamar satisfatório, entretanto distingue-se significativamente da situação encontrada na maioria dos municípios cearenses.

A consideração da problemática teve como ponto de partida a instituição do concurso público, enquanto condição básica para o ingresso no magistério municipal. Tal medida visava não só a efetivação de situações juridicamente irregulares, como selecionar um quadro de pessoal habilitado e de melhor qualificação.

O concurso, preparado por uma equipe da UECE, ofereceu vagas para docentes, supervisores e secretários de escola já existentes no quadro e abriu 250 novas vagas de acordo com as carências identificadas em cada Distrito e sede do Município. Não tendo caráter obrigatório, concorreram, do então quadro de 327 profissionais do magistério, apenas 80, dos quais foram aprovados 20. Dos 250 candidatos às novas vagas, classificaram-se 127. Os que fizeram o concurso e não foram aprovados, assim como aqueles que não concorreram, e que já tinham 5 anos quando da promulgação da Constituição, adquiriram estabilidade. Os aprovados conquistaram a efetivação. O quadro atual do magistério do Município conta com 425 professores, dos quais 149 com 1º grau: 72 com 1º grau incompleto e 77 com 1º grau completo; 223 com 2º grau completo; e 53 com 3º grau: 49 com 3º grau incompleto (entre os quais 7 diretores de escola e 19 supervisores) e

4 sem licenciatura. O pessoal qualificado em nível de 2º e 3º grau representa 64,9% da totalidade do quadro.

Atualmente todas as escolas municipais situadas na zona central e periferia urbana da sede do Município e da sede dos Distritos contam com profissionais habilitados nos cargos de docentes e supervisores. O critério da habilitação para o preenchimento dos cargos estendeu-se ao pessoal da administração da escola. Assim, ainda que não concursados, os diretores de escolas foram indicados considerando os critérios de habilitação específica e experiência comprovada no magistério. A indicação que antes era feita através de critérios clientelistas, e pela interferência direta de 'terceiros', passou a ser responsabilidade exclusiva da equipe da Secretaria. A diretriz que norteou a escolha destes como de outros 'cargos de confiança' pautou-se, segundo depoimentos da ex-secretária de Educação do Município, não por compromissos políticos de campanha, mas sim pela defesa de um projeto político mais abrangente. Os cargos de secretário de escola, na grande maioria sem a qualificação exigida para o seu exercício, foram objeto de idêntico critério. Para tanto, criaram-se as condições necessárias para que gradativamente todos os secretários da escola pudessem se qualificar. Garantiu-se a participação de todos em um curso específico de habilitação de secretários, ministrado por técnicos da SEDUC e financiado pela prefeitura. Esses profissionais, após a devida habilitação, submeteram-se ao concurso público realizado pelo Município e hoje podem responder oficialmente pelas escolas.

Em relação ao grupo dos chamados 'professores leigos' que permaneceu no quadro do pessoal do magistério, as medidas adotadas tinham por objetivo fazê-los prosseguir nos estudos e conquistar a habilitação necessária ao efetivo exercício docente.

No primeiro ano da gestão de 1989 - 1992, muitos desses professores foram exonerados junto com o contingente demitido pela prefeitura em 1989 (2 780 funcionários com menos de 5 anos em 1988 e contratados pelo fisiologismo político). Com a medida da racionalização dos espaços físicos da rede e a redistribuição dos alunos, procedeu-se a uma escolha mais criteriosa dos professores que permaneceram no quadro. Com o apoio da comunidade, a escolha de cada professor recaiu naquele que, na localidade, apresentasse um grau maior de formação e efetiva experiência de classe. Respeitando esse processo de escolha, o nome era referendado diretamente pelo

prefeito. Os professores que ficaram sem função docente, por absoluta des-qualificação para a atividade, assumiram funções administrativas na escola.

A permanência do professor leigo no quadro do magistério está sendo condicionada a seu ingresso no Curso Logos. "Ou estuda ou sai de sala de aula", diz a atual secretária de Educação. Nesta perspectiva é que todo o grupo de professores com 1º grau incompleto cursa o Logos. Para isso são beneficiados também com o passe-escola, distribuído aos alunos que estudam em outras localidades. De 1989 até 1992, conseguiram qualificar-se através do Logos mais de 40% dos professores leigos, que ainda representam 35% dos profissionais do quadro atual.

Ao mesmo tempo em que as atenções se voltavam para a busca da qualificação e habilitação do pessoal, investiu-se esforços na melhoria do nível salarial destes profissionais. O Plano de Cargos e Carreiras implantado em junho de 1990 (cuja elaboração também contou com a assessoria da UECE) definiu o piso de um salário mínimo para a categoria do magistério com habilitação (a partir do 3º pedagógico até o nível de 3º grau). O piso, entretanto, é atingido considerando a inclusão de todas as vantagens adicionais ao salário base. O salário base pago ao professor leigo (referência outubro/1992) é de US\$ 15,00* por 100 h/a. Esta categoria não auferir nenhuma vantagem adicional. A administração acredita constituir-se uma forma de estimular o professor leigo a habilitar-se. Pudemos constatar, através dos depoimentos dos professores entrevistados, que se por um lado a implantação do Plano de Cargos e Carreiras marcou reconhecidamente uma fase de maiores ganhos salariais para a categoria, retirando-a de um estado de indigência, por outro, ele está sendo também instrumento de luta por melhores condições de trabalho e de salários.

* Taxa cambial das Nações Unidas (Nov/92).

6. Outras Oportunidades Educacionais

Merece um destaque especial no Município a implementação do Projeto Arte Criança, que tem como diretrizes o resgate e a valorização da arte e da cultura popular e a livre manifestação artística. O Projeto tem como beneficiários crianças e adolescentes.

O embrião deste projeto data de 1990, quando da realização de uma Colônia de Férias, patrocinada com recursos federais, que ocorreu em todas as escolas da rede pública do Município. A Colônia desenvolveu basicamente atividades culturais: arte, dança, dramatizações com as crianças.

A partir desta iniciativa de repercussão muito positiva, concebeu-se um projeto mais amplo, a ser vivenciado em três etapas: Projeto Arte Criança I, II e III, financiado basicamente com recursos da prefeitura municipal e parte de recursos do Estado.

Desenvolvido no período de outubro/1990 a fevereiro/1991, o Projeto Arte Criança I atingiu 129 crianças e adolescentes dos núcleos da FEBEMCE – Projeto Iguatu. Tinha como objetivo central a humanização através da arte e o resgate dos conhecimentos folclóricos, da arte e cultura popular. Como resultados concretos, o Projeto criou quatro grupos/oficinas em bairros da periferia urbana: Bumba-Meu-Boi, no bairro Santo Antônio; Pastoril e Teatro de Bonecos, no bairro Brasília; Teatro de Ator, na Vila Neuma. Os grupos formados apresentaram 22 espetáculos na zona urbana e rural.

O Projeto Arte Criança II desenvolveu suas ações entre março e dezembro de 1991, fruto do Convênio celebrado entre a Secretaria de Cultura, Turismo e Desporto do Estado e Prefeitura Municipal de Iguatu. Desta etapa participaram 258 crianças vinculadas não só aos Núcleos da FEBEMCE, mas também às escolas da

rede oficial. Alguns grupos funcionaram ainda no Centro Social Urbano com crianças 'desassistidas e sem escolas'. Implementou ações voltadas ao acompanhamento da criança na família; à integração do adolescente no mercado de trabalho; e realização de diversas palestras sobre temas sociais. Foram implantadas mais seis oficinas: Danças Tradicionais, na Vila Neuma; Dança do Coco e Ciranda, no Centro Social Urbano; Teatro de Palco, no bairro Brasília; Danças Folclóricas e Canto Coral, no bairro Santo Antônio. Outras cinco oficinas iniciadas não foram concluídas. Os grupos realizaram 78 apresentações na zona urbana e rural.

A terceira e última etapa do Projeto, cujas atividades encerram em dezembro de 1992, tem como patrocinadores mais uma vez a Secretaria de Cultura do Estado e a Prefeitura de Iguatu. Além de fortalecer os grupos/oficinas e atividades já desenvolvidas, o Projeto implantou 12 oficinas em escolas públicas, manteve em bairros da periferia urbana 4 grupos fixos: 2 de Danças Tradicionais, 1 de Batucada e 1 de Ciranda. Dos grupos fixos participam 111 crianças e adolescentes, e considerando todas as que integraram as oficinas criadas nas escolas, o Projeto atingiu, em 1992, 576 crianças e adolescentes. Foram apresentados em escolas da rede oficial e em praças públicas 119 espetáculos.

Nesta terceira etapa cresceram-se os objetivos perseguidos anteriormente – sensibilização através da arte; resgate da arte e cultura brasileiras; integração sócio-cultural da criança e do adolescente; educação familiar; acompanhamento do comportamento da criança na escola, na rua, e na família – visando reforçar o processo de escolarização das crianças. Com essa finalidade é reservada uma parte do período de permanência dos alunos na oficina.

O Projeto é coordenado por um 'técnico executivo' e por seis oficinairos. As crianças, ao se inscreverem no Projeto, distribuem-se de acordo com seus interesses e aptidões nos grupos já formados. São as oficinas fixas, orientadas cada uma por um oficinairo e supervisionadas pelo coordenador geral do Projeto, o técnico executivo. Nestas oficinas, as crianças preparam os espetáculos em sua totalidade. Confeccionam os materiais utilizados em cada grupo e realizam os ensaios diários. Participam também de atividades de pesquisa junto às pessoas mais velhas da cidade, com o objetivo de, através da tradição oral, reconstruir com maior fidelidade as tradições do folclore

local e regional. Para desenvolver as atividades do Projeto, o coordenador e os oficineiros recebem uma remuneração mensal que varia de um a dois e meio salários mínimos. Para cada criança oficialmente inscrita no projeto é concedida uma pequena bolsa no valor de US\$ 5,11* mensais.

Embora desfrute de uma certa autonomia em relação à Secretaria de Educação para desenvolver suas atividades, o Projeto se ressentido pelo atraso no repasse de verbas desse órgão para o Centro Social Urbano, entidade conveniada que sedia o Projeto. Outro aspecto que traz preocupações a todos os envolvidos é a instabilidade quanto ao financiamento dos recursos, que não têm uma fonte definida e por isso requer esforço permanente na busca de órgãos financiadores, todo começo do ano.

* Taxa cambial das Nações Unidas (Nov/92).

**CONSIDERAÇÕES
FINAIS**

VI

Examinando a experiência de Iguatu numa perspectiva de totalidade, observa-se que os determinantes de seu sucesso não podem ser considerados de forma isolada. A existência de uma administração que desenvolve um projeto local onde se articulam três áreas prioritárias – agricultura, saúde e educação – alia-se a um considerável esforço de organização comunitária, pedra de toque para as mudanças que se dão no âmbito da gestão municipal. Na verdade, os resultados obtidos refletem conquistas simples, direitos civis elementares. O ponto de partida é o próprio saber das pessoas do lugar. Não há receitas mágicas num processo que alia, de um lado, um saber técnico que não volta as costas ao saber popular e, de outro, vontade política para a mudança.

Do ponto de vista da produção, vale observar que se a alternativa da irrigação tivesse sido perseguida antes, talvez a história econômica da região pudesse ter tomado outras direções. Passou-se de uma monocultura, o algodão, à outra, o arroz. Há na área irrigada um início de culturas alternativas, como o mamão, a banana e a acerola. Entretanto, não há ainda uma atenção do poder público estadual dirigida ao escoamento dessa produção. Os alimentos vendidos no comércio local vêm de fora, inclusive a batata-doce e a macaxeira, quando a irrigação poderia voltar-se também para a fruticultura, fonte de divisas para outras áreas do agreste nordestino.

Outro aspecto a observar é que o plantio restringe-se a uma parte do município, enquanto a seca castiga o restante do perímetro da cidade, para onde são levados carros-pipa da prefeitura de modo a viabilizar o abastecimento de água. Acresce-se a isso o fato de que o algodão, pela facilidade de seu cultivo, empregava toda a família. O pai fazia a cova e a criança ia jogando os caroços

no solo preparado. Na época da colheita, todos se envolviam. Com a cultura do arroz as coisas não são assim. A lavoura não emprega a família e envolve muito mais riscos – os homens se recobrem de lama, as colhedeadas são perigosas – tudo afasta a participação familiar. Daí porque o depoimento do prefeito ilustra com sabedoria os resultados da opção que se tomou: “O arroz não conseguiu democratizar a renda como o algodão. Nunca mais vai se achar um produto agrícola como o algodão”.

Salta aos olhos a impossibilidade de se pensar uma proposta educacional desvinculada de um projeto mais amplo de mudança do perfil econômico do município. A conquista desses serviços mínimos num primeiro momento pode até contentar a população. Mas, uma vez tendo acesso à saúde e à escola, essa por si mesma há de buscar outras alternativas. O que resta, então, ao sertanejo... engrossar a periferia da grande cidade? É certo que o movimento do campo para a cidade não se interrompe por ações tópicas e emergenciais. O poder público estadual, conivente com a política federal, tem tido presença frágil no desenvolvimento do interior.

Os programas de emergência são meros paliativos se confrontados com a amplitude das agruras do homem atingido pela seca.

Começa, entretanto, a haver um despertar para a consciência desses problemas. A organização comunitária vem ocupando um espaço significativo nesse processo. Sua mediação é importante na interrupção do ciclo vicioso do clientelismo até mesmo na emergência. Pode-se perceber que a relação entre a população e o poder público não mais se dá através de uma política de favores. A comunidade participa da indicação dos agentes de saúde e dos beneficiários pela emergência (escolhidos por um critério de carência). Numa das comunidades visitadas, das mais carentes do município, em reunião com as famílias dos alunos, aflorou todo o empenho da população para desvencilhar-se de um professor indesejável, no que foram bem-sucedidos. Apesar da existência do Conselho Comunitário e da conseqüente participação comunitária na gestão municipal deixamos como sugestão a criação de Conselhos de Escolas e APM como forma de institucionalizar essa participação no âmbito da escola, de modo que uma descontinuidade política não afete essa dinâmica. Nas escolas visitadas não encontramos nenhum vínculo mais forte e institucionalizado entre escola e comunidade.

As lideranças comunitárias já percebem que para que as coisas mudem, de fato, é preciso alterar o perfil econômico da região. Daí que o Conselho Comunitário do município tem planos para o desenvolvimento industrial de Iguatu – pensa-se na criação de um curtume para beneficiamento de peles (onde se poderia, inclusive, trabalhar com o couro de peixe) e numa fábrica de laticínios. Outro aspecto importante que pode ser estimulado na economia local é a indústria de cerâmica, fonte de sobrevivência tradicional da cidade – de Iguatu, por exemplo, vêm as melhores telhas do Estado.

No entanto, situações como a da falta d'água evidenciam que as carências se situam no plano elementar da mera sobrevivência física. Nessa ordem de coisas, tudo que o governo faz tende a aparecer como concessão. Sem dúvida, o fato de o poder público assumir seus deveres básicos traduz um avanço em relação à forma de gestão predominante em passado recente. Neste caso específico, há ainda um risco adicional de se creditar à figura do dirigente municipal todo o mérito de um processo de construção coletiva.

A tarefa de fazer a escola chegar aos grotões de miséria do sertão, onde “tem menino em tudo que é fuma”, é incalculável. Percebe-se que isto vem acontecendo nos sinais da chegada da ação municipal à zona rural. Por onde se passa essas marcas se apresentam: nas creches funcionando nos espaços antes ocupados pelas classes multisseriadas, nas escolas ampliadas, nos professores que receberam algum tipo de treinamento.

Numa localidade pequena, na beira do Orós, esse trabalho foi visível. Nessa comunidade de 70 famílias não há luz e a água é trazida do açude para as casas de taipa com piso de terra. Fomos encontrar as duas professoras leigas na faina diária de alfabetizar e transmitir o saber de que dispõem. Crianças vivas. As que vieram da creche, antes inexistente, segundo as ‘tias’, são ‘espertas até demais’. Uma das professoras é mãe de seis filhos, todos na escola. De noite, na companhia do marido e de outros tantos jovens e adultos do lugar, ela vai estudar na sede do distrito. O transporte é fornecido pela prefeitura, o que era impossível antes dessa gestão. Mas, a sede de saber dessa mulher não é apenas fruto da obra do poder municipal. A organização comunitária também chegou até lá.

Na percepção dos dirigentes, foi na educação que mais se avançou no município nos últimos quatro anos. O povo, entretanto,

parece estar mais atento ao impacto da ação desenvolvida na saúde. Pesquisa de opinião realizada recentemente mostrou que 32% dos entrevistados acham que o trabalho foi melhor no campo da saúde. Apenas 9% reconhecem como mais importante o avanço feito no terreno educacional. Talvez pela própria visibilidade da saúde, evidenciada no notável índice de queda das taxas de mortalidade infantil. No sertão, o sino fúnebre da igreja toca de modo diferente para os adultos e para os anjos (crianças). Em Iguatu se ouve dizer que “o sino quase não toca mais para os anjos”. Também não há novas cruzeiras sob os cruzeiros. Ou como observou uma senhora idosa: “o pessoal daqui não gosta muito de morrer, não”. Com a educação, as coisas são menos aparentes. Mas, se a pergunta sobre o trabalho da escola é dirigida aos pais, há uma afirmação unânime de que mudou para melhor.

Percebe-se que o município de Iguatu, nos últimos quatro anos, tomou para si os encargos educacionais básicos, tendo sido nesse período a participação do governo estadual muito menos evidente. O município é parte integrante de um convênio de municipalização firmado com a Secretaria de Educação do Estado. Ao que parece, todavia, é o município que apóia o Estado e não o contrário, como seria de se esperar. Inúmeras escolas do Estado estariam sob o risco de encerrar suas atividades se o município não contribuísse com pessoal para as mesmas. Uma declaração da ex-secretária de Educação revela algo da natureza do processo de colaboração que tem ocorrido: “a gente sempre fez municipalização sem a municipalização estar assinada”. Houve, de fato, boa aproximação nesse sentido, facilitada pela presença de uma delegacia regional bastante atuante. Mas, as coisas parecem já ter sido melhores que no momento. O depoimento do prefeito é ilustrativo. Ele destaca que já houve maior interesse por parte da Secretaria de Educação do Estado em discutir uma municipalização que considerasse os pleitos dos municípios. Atualmente, porém, as coisas parecem estar mais difíceis. O governo estadual faz o discurso da municipalização mas não oferece uma contrapartida, seja através da destinação de recursos, seja sob a forma de assistência técnico-pedagógica. O município reclama que o governo estadual só quer transferir responsabilidades, mas não parece disposto a assumir o ônus do ‘regime de colaboração’.

As lições aprendidas em nossa visita ao sertão são muitas e não

se encerram nas páginas deste relatório. O conteúdo humano da experiência não cabe dentro do formato de um diagnóstico de avaliação rápida. A realidade observada comporta outros olhares sobre si. Sobra matéria sobre a escola e seus atores, sobre as pessoas que tivemos o privilégio de entrevistar. Trouxemos de volta para casa e para nossa experiência docente algo que transcende aos limites da palavra. O que dizer, por exemplo, da hospitalidade do homem do sertão, que reparte com o visitante o alimento que falta a seus filhos? Do brilho no olhar das professoras que 'descobriram' o Construtivismo? Da esperança de um futuro para a organização comunitária? São coisas que a pesquisa não responde, pelo menos não agora.

O tempo físico despendido com o trabalho ultrapassou em larga medida as previsões do calendário da pesquisa. Os depoimentos eram longos, comoventes, evidenciando o engajamento daqueles que de um modo ou outro se envolveram na experiência. O depoimento da ex-secretária durou quatro horas, e o do prefeito também. Mas não foram só os dirigentes que se dispuseram a falar. O coordenador do projeto *Arte-Criança*, depois de um sábado inteiro de trabalho com as crianças, quase sem voz, conversou conosco noite adentro. Conviver com o entusiasmo e a energia dessas pessoas é uma aprendizagem ímpar. Em tudo se registra o indício de uma tentativa de acerto eivada de frustrações e esperanças dos que dela participaram. E como sugestão, o que poderia ficar é o registro de algo que deveria ter continuidade no tempo. Que a cidade tenha o direito de levar adiante aquilo que conquistou para si.

ANEXOS

VII

1. Metodologia da Pesquisa

1.1 Informação Geral

A análise e o registro de experiências educacionais desenvolvidas no âmbito de diferentes municípios do país envolveram várias fases de trabalho. Já no início do 2º semestre/92, uma equipe do CENPEC procedeu a um levantamento de publicações – revistas, jornais e outros periódicos – que pudessem conter algumas indicações sobre projetos educacionais municipais. Foram resumidas aproximadamente 100 experiências e selecionadas somente as que abrangiam o sistema escolar como um todo. Esses levantamentos, assim como outros já realizados ou de conhecimento do próprio UNICEF, possibilitaram a escolha criteriosa de 15 municípios, selecionados entre aqueles considerados de porte grande, médio e pequeno, localizados em nove Estados brasileiros.

Para formação das equipes de trabalho optou-se pela escolha de dois profissionais de cada Estado, sendo um com experiência na área educacional e outro na área de Ciências Sociais, no intuito de garantir uma apreensão mais abrangente de cada uma das experiências.

O material para coleta dos dados, elaborado pelo CENPEC, constou de diferentes instrumentos com orientações sobre os procedimentos gerais a serem seguidos, roteiros de entrevistas, fichas de caracterização e identificação do município e da escola e orientação sobre a metodologia do trabalho de campo e elaboração do relatório.

O procedimento adotado não teve a preocupação de impor roteiros de observação ou de entrevistas rígidos. Ao contrário, procurou-se respeitar a diversidade de cada experiência, e adotou-se como diretriz única a metodologia recomendada no documento *Procedimento para uma Avaliação Rápida*, UNICEF.

Dessa forma, tanto os roteiros de entrevistas, como as fichas para levantamento de dados do município ou das escolas, embora feitos de forma a conduzir as observações para a elaboração do relatório, podiam ser complementados de acordo com o entrevistado e a natureza da experiência.

Visando garantir uniformidade nos indicadores educacionais para a elaboração do relatório final, estruturou-se um instrumento único, no qual deveriam ser registrados dados básicos e que normalmente são preenchidos pelos municípios para serem enviados ao Ministério de Educação. No entanto, os dados coletados diferem da metodologia adotada nos procedimentos dos indicadores do MEC.

Para elaboração do relatório foram estudados diversos documentos coletados junto à Secretaria de Educação e às escolas: Estatuto do Magistério, Plano de Cargos e Carreiras, Convênios de Cooperação Estado/Município, Jornais, Fotos, Estatísticas Educacionais, etc.

Assim, a leitura comparativa entre os dados coletados nos municípios e aqueles retirados das publicações oficiais do MEC, para 1989, apresentam diferenças, principalmente quando referentes a número de estabelecimentos.

A análise dos dados procurou pautar-se por uma reflexão criteriosa e crítica, a partir de fatores colocados como prioritários para análise, a saber: a promoção de oportunidades de educação infantil; a universalização do acesso à escola e a democratização da permanência das crianças excluídas do sistema; a melhoria das condições da escola e do ensino; a diminuição da repetência e da evasão; a valorização do professor; a democratização da gestão escolar com participação da comunidade; a modernização dos sistemas de gestão; e a criação de oportunidades educacionais para toda a população.

1.2 No Município de Iguatu

A equipe de pesquisadores para o trabalho em Iguatu foi composta por uma especialista em Políticas Públicas em Educação, uma técnica em Planejamento e Coordenação e uma socióloga com Estudos em Pobreza Urbana.

A coleta de dados foi realizada em novembro de 1992, através de entrevistas abertas dirigidas aos principais dirigentes da Secretaria de Educação. Foi também entrevistada a ex-secretária de Educação

(deixou o cargo no primeiro semestre de 1992) por ter sido ela a principal responsável pela política e implantação das ações desenvolvidas no município no âmbito da educação.

Foram visitadas quatro escolas (duas na zona rural e duas na zona urbana periférica) escolhidas por sua localização e conseqüente diferenciação nas suas características. Durante essas visitas foi possível entrevistar a diretora, os professores, os pais e os alunos dessas unidades.

O trabalho de campo foi desenvolvido na maioria das vezes a três, e outras vezes em dupla. Durante as entrevistas uma das três pesquisadoras era escalada para fazer o registro das informações e as demais conduziam a conversa, assim como faziam suas próprias anotações. Ao final de cada entrevista necessariamente se fazia uma discussão e algumas vezes foram feitas reuniões específicas para compatibilização dos dados parciais e agendamento do prosseguimento da pesquisa.

As entrevistas eram conduzidas de modo que os informantes ultrapassassem o mero dado particular e expressassem as articulações mais abrangentes. Nessas ocasiões a própria equipe, sempre que oportuno, contribuiu no processo da passagem do particular para o geral. Isto enriqueceu muito o trabalho de campo.

O trabalho de escrita, porém, não pode dar conta dessa riqueza, fundamentalmente em razão do tempo. Durante a revisão do relatório percebeu-se que muita coisa ficou de fora. Mas já consciente dessa limitação a equipe se dispôs (em seu próprio nome e dentro de suas possibilidades) a retomar a discussão em ocasiões que fossem úteis.

É importante que nessas anotações metodológicas se ressalte um problema que perpassou a pesquisa e pode ocasionar-lhe algum viés. Diz respeito ao seu caráter de 'avaliação rápida' referida, portanto, a partir de um forte componente conjuntural e numa perspectiva sincrônica, isto é, o depoimento obtido é apenas o do 'presente' e, seja a partir da ótica dos dirigentes, seja a partir da ótica dos munícipes, tende naturalmente a ressaltar a ação particular como algo em si mesma, desarticulada do todo.

Foi permanente o esforço da equipe no sentido de superar esta condição inevitável. E isso se tornou muito mais difícil em razão do momento atual da sucessão municipal, em que a crítica (no seu sentido correto de apreensão totalizante) foi muitas vezes confundida com o 'ser do contra'.

O detalhamento dos dados solicitados nem sempre pôde ser feito, quer pela inexistência dos mesmos, quer pela divergência entre as diversas fontes. Ainda assim se tentou uma uniformidade através do IBGE, mas este órgão também não dispunha das informações necessárias.

Além dos dirigentes do primeiro escalão e dos demais servidores previstos pela pesquisa, foram colhidos depoimentos junto a líderes comunitários e alguns populares. Uma das dificuldades encontradas foi a presença constante de pessoas com cargos de direção no momento das entrevistas acompanhando os demais informantes. Em algumas ocasiões foi necessário pedir para que se afastassem. Apesar do constrangimento da equipe, não houve nenhuma incompreensão.